



comunidade
educativa
CEDAC

Regime de colaboração

Arranjo de desenvolvimento em
educação

Tereza Perez

Abril/2107

Marco legal: Regime de Colaboração – CF 1988

Art. 211

“A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino. (...)”

§ 5º (...) o **Plano Nacional de Educação** como articulador do sistema nacional de educação em regime de colaboração com os entes federados:

Art. 214

A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de **articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração** e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades **por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas (...)**.

Art. 241

A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disciplinarão por meio de lei os **consórcios públicos e os convênios de cooperação entre os entes federados**, autorizando a gestão associada de serviços públicos, bem como a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos (regulamentação por meio de legislação complementar - Resolução CNE/CEB nº 1/2012)

Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB) os entes federados se organizarão em regime de colaboração (...)

Parecer CNE/CEB nº 9/2011

“Do ponto de vista técnico e orçamentário, nos ADEs **somam-se recursos, competências**, mas do ponto de vista político substantivo, potencializa-se o comprometimento, por meio do qual devem ser instituídas redes, cuja meta e natureza consistem em recusar a mesmice, colocando em seu lugar o compromisso indeclinável por uma educação de qualidade, com acesso assegurado a todos os brasileiros. Constitui-se em desafio de igual magnitude o **comprometimento com relação à diminuição das desigualdades territoriais e regionais**, existentes em nosso país. De pouco adianta que um município, ou conjunto deles, se destaque em alguns dos indicadores de avaliação da política educacional. É preciso refinar essa apreciação do êxito a partir da situação excepcional. A expectativa, do ponto de vista do direito de aprender, implica uma **evolução de conjunto**, em que não se perca um município ou região sequer, de tal modo que se assegure a todas as crianças o acesso abrangente à educação de qualidade e, por meio dela, ao exercício pleno da cidadania. O aparato institucional relacionado ao ADE A Resolução CNE/CEB nº 1, de 23 de janeiro 2012, dispõe sobre a **implementação do regime de colaboração mediante Arranjo de Desenvolvimento da Educação (ADE)**, como instrumento de gestão pública para a melhoria da equidade da qualidade social da educação, indicando que o ADE é uma forma de colaboração horizontal: (...) **Art. 3º O ADE promove o regime de colaboração horizontal, de forma articulada com o tradicional regime de colaboração vertical.** (...)”

PNE – Meta 15 Formação de Professores

15.1 - Regime de colaboração

Atuar, conjuntamente, com base em plano estratégico que apresente diagnóstico das necessidades de formação de profissionais da Educação e da capacidade de atendimento, por parte de instituições públicas e comunitárias de Educação Superior existentes nos Estados, Distrito Federal e Municípios, e defina obrigações recíprocas entre os partícipes.

Regime de colaboração

Regime

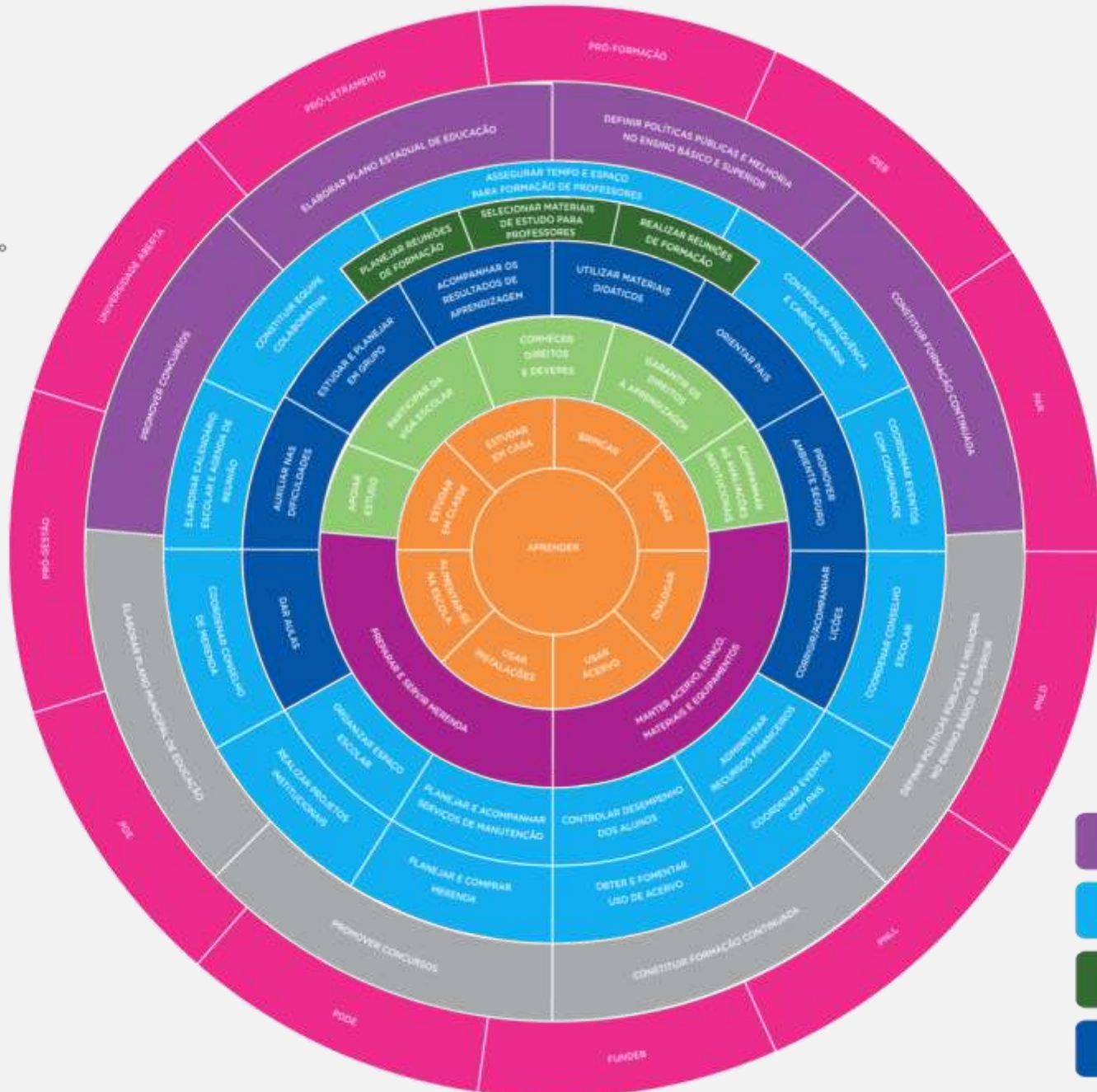
Normas
Regulamentação
Direção
Gestão
Comando

Colaboração

Ajuda
Contribuição
Apoio
Auxílio
Assistência

O Regime de colaboração começa dentro de casa

- Alunos
- Funcionários
- Pais
- Professores
- Coordenadores Pedagógicos
- Diretores
- Secretaria Municipal de Educação/
Conselho Municipal de Educação
- Secretaria Estadual de Educação/
Conselho Estadual de Educação
- MEC/Conselho Nacional de Educação



- Secretarias de Educação
- Gestores de Escolas
- Coordenadores Pedagógicos
- Professores

O que acontece com o regime de colaboração

Coordenação intergovernamental – União, Estados e Municípios:

Autonomia e colaboração entre os entes federados, sem sobreposição de um ao outro.

Autonomia política? Administrativa? Tributária?

Como avaliamos o que de fato ocorre?

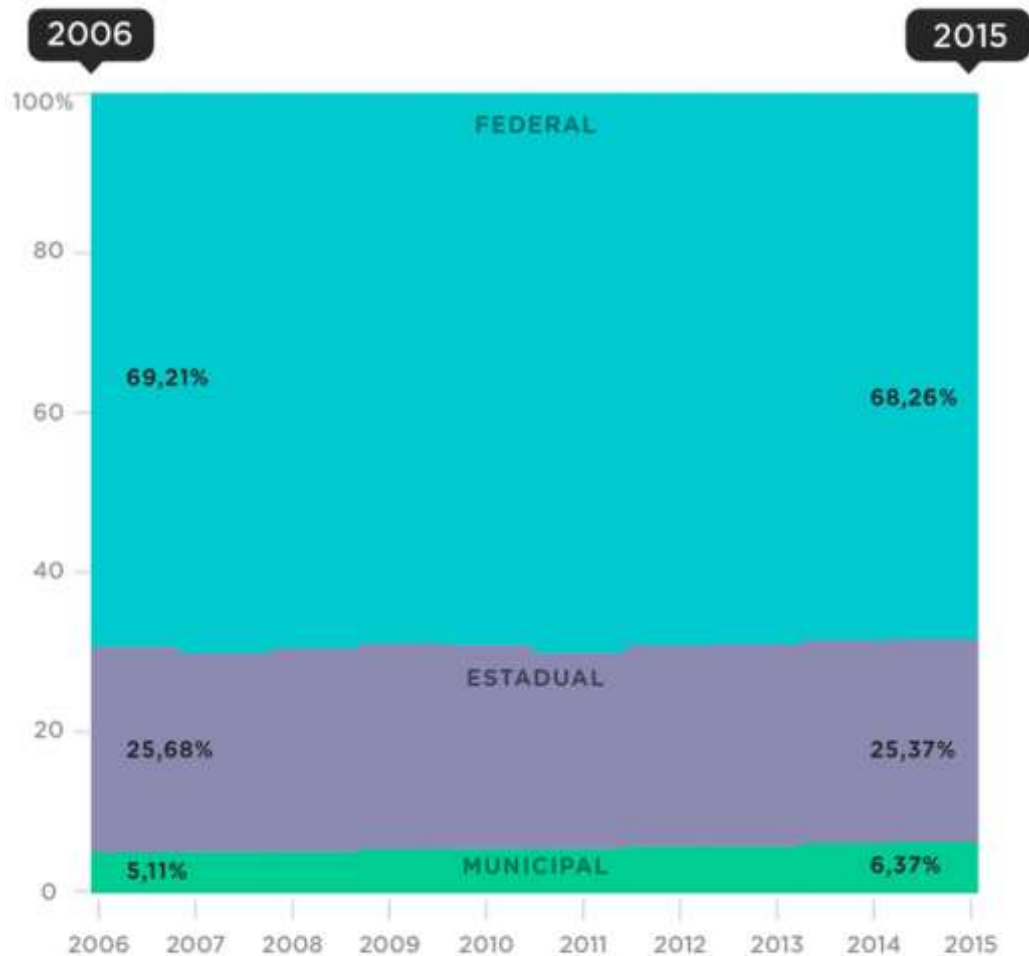
Problemas enfrentados:

Desigualdade de oportunidades.

Duplicidade de redes.

Capacidade de gerenciar a política e os resultados educacionais.

ARRECAÇÃO POR ENTE FEDERATIVO



Fonte: Receita Federal.

NEXO

O que acontece com o regime de colaboração

A coordenação entre os diversos níveis de governo dificilmente se realiza para além das relações financeiras e de alguns suportes técnicos.

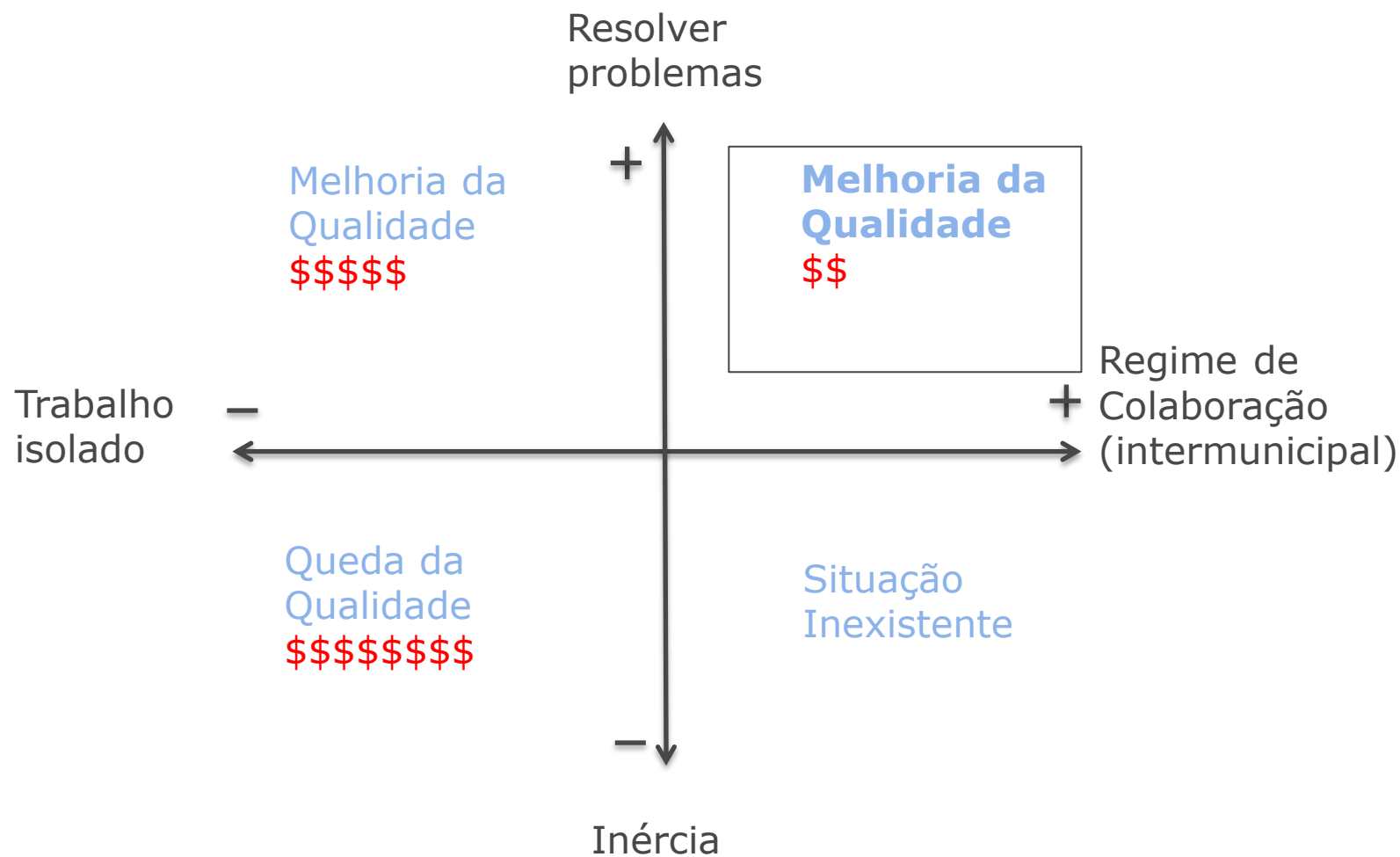
Não há Projetos Políticos Pedagógicos que envolvam os entes federados.

Cada ente federado se responsabiliza por sua rede de escolas e não pela educação das crianças, jovens e adultos que habitam um município, estado e país.

Há tentativas de integração via PNE, PME e agora com a BNCC, mas as redes continuam funcionando em paralelo, não se articulam. Todos trabalham isoladamente.

Nosso sistema federativo promove a autonomia, mas a construção cooperativa e colaborativa com a meta de garantir que todas os integrantes da Educação Básica aprendam o que é esperado e desejado para a construção de uma sociedade mais justa e mais feliz ainda não é exercida de forma articulada.

Regime de colaboração intermunicipal



Exemplo de ADE

MATRÍCULAS

CIDADES											
SÉRIE	Alto Alegre	Arari	Monção	Miranda do Norte	Igarapé do Meio	São João do Caru	Tufilândia	Duque Bacelar	Morros	Matões do Norte	Santa Luzia
1º ano	483	224	386	552	222	232	142	84	209	116	833
2º ano	493	321	356	417	211	281	164	125	224	126	962
3º ano	466	357	615	457	280	365	176	145	358	103	1023
4º ano	282	392	561	392	246	367	185	171	352	93	1051
5º ano	828	413	590	368	245	280	202	190	384	140	967
6º ano	487	549	540	814	363	347	224	331	512	225	1476
7º ano	556	441	587	407	276	331	152	266	487	230	1344
8º ano	426	769	435	774	311	405	126	216	401	199	1061
9º ano	467	545	438	292	209	391	113	115	294	144	957

DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE

CIDADES

SÉRIE	Alto Alegre	Arari	Monção	Miranda do Norte	Igarapé do Meio	São João do Caru	Tufilândia	Duque Barcela	Morros	Matões do Norte	Santa Luzia
1º ano	1,30	1,50	11,00	2,80	6,10	6,10	6,80	2,60	3,00	6,90	3,90
2º ano	1,20	2,60	7,50	4,50	9,40	5,60	3,50	8,60	5,10	10,10	5,60
3º ano	4,70	6,20	24,40	13,90	16,50	25,30	7,60	19,30	23,20	3,60	10,00
4º ano	8,90	11,90	37,00	21,50	22,10	32,50	17,40	24,90	40,70	36,80	21,50
5º ano	9,90	18,00	47,10	27,00	34,50	37,70	21,30	31,00	46,10	39,80	32,70
6º ano	11,80	21,50	46,60	22,40	47,70	44,30	37,60	40,80	50,80	54,20	39,20
7º ano	14,90	25,40	60,60	34,10	38,20	56,20	29,60	39,50	56,70	52,20	40,10
8º ano	17,40	32,80	40,40	38,70	48,90	43,80	27,90	42,50	59,80	52,30	45,50
9º ano	21,10	34,60	50,10	46,50	42,90	51,20	39,10	41,00	49,80	49,30	40,90

Meta: aprendizagem adequada à idade

Análise financeira:

1. Taxa média de 42% de distorção idade/série no 9º ano
2. Matrículas no 9º ano = 3965 estudantes
3. Custo aluno R\$ 2870,00 ano
4. O índice de distorção é atribuído após no mínimo 2 anos de defasagem
5. 42% de 3965 estudantes é 1665
6. 1665, que repetiram pelo menos 2 anos, com um custo aluno/ano de R\$2870,00 equivale a um gasto público de R\$ 9.558.822,00 para não chegar a uma aprendizagem adequada.

Meta: aprendizagem adequada à idade

Análise: saúde física, emocional e cognitiva dos estudantes

1. Estudantes com baixa autoestima, envergonhados e com pouco vínculo com o conhecimento
2. Professores com dificuldade para os encaminhamentos em sala de aula
3. Escola com maior índice de violência
4. Pais descrentes com a aprendizagem do filho

Jovens despreparados para
o mundo do trabalho
Baixo desenvolvimento
socioeconômico
País pouco competitivo com
o mercado atual

Principais fatores que apoiam a colaboração

- Existência de problemas comuns que mobilizem os atores para a “mesma causa”;
- Pactuação com os gestores municipais e assinatura do termo de colaboração do território;
- Participação regular de representantes dos municípios;
- Rodízio entre os municípios para a realização dos encontros presenciais;
- Trabalho articulado entre técnicos das Secretarias de Educação e Gestores escolares;
- Trabalho de campo nas escolas dos diferentes municípios para trocas;
- Sistematização periódica das ações e seus processos realizados pelos municípios para compartilhamento no território (uns aprendendo com a experiência dos outros);
- Construção de uma análise de indicadores educacionais e sociais do território e definição de projeções/ metas;

Principais fatores que apoiam a colaboração

- Definição de mapa estratégico alinhado às políticas públicas nacionais/estaduais para definição de prioridades para o território (PNE/PEE/PME/PAR);
- Apoio da constituição de uma Câmara de Educação do território;
- Empoderamento de lideranças locais para sustentabilidade do trabalho em colaboração;
- Elaboração compartilhada de planos de ação comuns a serem desenvolvidos pelos municípios;
- Potencialização da comunicação entre os municípios: redes sociais, plataforma, e-mails etc.
- Participação e validação das ações pela sociedade civil.



“Podemos dizer que foi a maior demonstração de gestão democrática e republicana jamais vista em Moju, quiçá no Pará. Cumprimos com a nossa obrigação, graças à formação dos gestores escolares no Arranjo do Nordeste do Pará. Foi de arrepiar. Todos os gestores apresentaram o Memorial de Gestão das escolas por eles dirigidas, entenderam sua importância; estavam prontos e seguros do trabalho desenvolvido.”

Sandra Regina – Secretária de Educação de Moju (PA)



O secretário Adriano, de Babaçulândia/TO, compartilhou no encontro do ADE que estava tendo muita dificuldade em conseguir a documentação dos terrenos para solicitar a construção de novas escolas via PAR e socializou com o grupo que havia conseguido via desapropriação dos mesmos pela prefeitura. A secretária Maria Aglair, de Carolina/MA, que também estava tendo os mesmos problemas, disse que “se não fosse pela socialização do Secretário Adriano, não teria conseguido a documentação, pois me via sem alternativas.”

ADE Rio Tocantins



“O trabalho no Arranjo faz a gestão da Secretaria da Educação ter um sentido, não estávamos acostumados a trabalhar com dados, planejamento e reunião com diretores”.

Naldiane, Secretária de Educação de Estreito (MA)

Exemplo: Plano de Ação do Território

Plano de Ação - Gestores Educacionais

Equipe Secretaria de Educação

Número de Alunos: 11.000

Objetivo: Favorecer a constituição de uma equipe colaborativa.

Meta de curto prazo: Sistematizar as Metas e ações do ADE para favorecer o trabalho colaborativo e articulado.

Ação	Como encaminhar	Responsável	Pessoas envolvidas	Materiais necessários	Prazo para realização	Resultados alcançados
Realizar a 1ª reunião para alinhamento do ADE e estabelecer as metas	Sistematizar cronogramas para realização das reuniões. Elaborar pauta juntamente com as equipes técnicas .	X	Prefeitos Secretários Municipais de Educação Equipe das secretarias	Cópias das Ações do PAR e Plano Municipal de Educação. Planilhas para elaboração de cronogramas de trabalho. Planilha para elaboração da agenda dos secretários. Planilhas com os dados dos município. QEDu/ CENSO	1. 16/04 2. 24/04 3. 29/04 4. 25/04 5. 30/04	Sistematização e divulgação dos cronogramas de trabalho da Equipe da Secretaria. Discussão e divulgação das metas e ações da Secretaria previstas para 2017. Aproximação das secretarias ao com o Trio Gestor das escolas. Elaboração da Agenda do Gestor Escolar.

Trabalho de Campo nas escolas dos municípios

Programas e recursos

Registro da observação

Análise do uso efetivo do recurso para aprendizagem do aluno

PNLD

Existe livro didático para todos os alunos?
O livro didático é usado com frequência?

PNBE

Os livros estão disponíveis para os alunos?
Existe algum controle de uso?
Qual é a frequência de uso dos livros?

PROINFO

Qual a regularidade no uso dos computadores e internet pelos alunos?
Como é realizada a manutenção dos computadores?

Sala de recursos

Como e onde está organizado o espaço?
O espaço é adequado para a realização das atividades?
Existe professor especialista?

PNE

Como é a forma de servir a merenda?
Existe formação das merendeiras?
Como é organizado o controle da merenda?

PNTE e caminho da escola

Como se faz a comunicação com os condutores?

Mais Educação

Como se faz a seleção das atividades?

Resultados do ponto de vista da cultura de colaboração

- ✓ Dados e fatos da Educação deixaram de ser vistos como imutáveis;
- ✓ Passagem do discurso da impossibilidade para discurso da possibilidade;
- ✓ Socialização de problemas e dificuldades, antes “naturalizados”;
- ✓ Compreensão das diferenças entre escolas e da relevância da constituição de uma rede escolar;
- ✓ Forte cooperação entre os municípios para auxílio na resolução de problemas;
- ✓ A qualidade dos encontros estimula a realização do trabalho e provoca sentimento de pertencimento e compromisso com a ação;
- ✓ Uso e atribuição de sentido aos bancos de dados, ferramentas de gestão e programas disponibilizados pelo MEC.

Resultados a partir da realização das ações

- ✓ Ampliação da competência técnica para o preenchimento no prazo das ferramentas de gestão disponibilizadas pelo MEC (PAR, LSE, PDDE...)
- ✓ Desenvolvimento de projetos de incentivo à leitura nas escolas e nos municípios;
- ✓ Implementação da formação continuada dos gestores escolares na rede com formadores locais;
- ✓ Maior envolvimento dos pais e familiares nas decisões das escolas de maneira institucionalizada (implantação Conselhos de Escola) ou nas propostas menos formais;
- ✓ Reorganização do organograma das secretarias de educação revisão do significado de algumas atribuições, visando maior articulação entre os seus departamentos, com as escolas e com outras secretarias;
- ✓ Estabelecimento de programas de apoio aos alunos com dificuldades;
- ✓ Uso e atribuição de sentido aos indicadores educacionais e resultados das avaliações externas para a tomada de decisão e planejamento de ações.

“(...) o que importa na fase atual da educação brasileira não é mais a denúncia de seus maus resultados, mas o delineamento de soluções possíveis e necessárias (...)”

Bernadete Gatti – educadora e pesquisadora

Fragmento da pesquisa Professores do Brasil – impasses e desafios/2009

tereza.perez@comunidadeeducativa.org.br

OBRIGADA

Mapa Estratégico do território

Visão de sucesso

Articulação dos municípios para a efetivação do regime de colaboração horizontal e potencialização da colaboração e articulação com os demais entes federativos (estado e União) no compromisso coletivo de assegurar a garantia ao direito à educação e a oferta educativa com qualidade que garanta o acesso, permanência, conclusão e aprendizagem no tempo certo de todos os alunos da Educação Infantil ao Ensino Fundamental.

Diretrizes

Melhoria da qualidade da educação
 Universalização do atendimento escolar
 Universalização da alfabetização

Meta 1

Universalizar, até 2016, o atendimento escolar da população de quatro e cinco anos, e ampliar a oferta de educação infantil de forma a atender, no mínimo, aos seguintes percentuais da população de até três anos: XX (30% PNE) até o quinto ano de vigência deste arranjo e XX (50% PNE) dessa população até o último ano.

Meta 2

Universalizar o ensino fundamental de nove anos para toda população de seis a quatorze anos e garantir que pelo menos XX (85% PNE) dos alunos conclua essa etapa na idade recomendada, até o quinto ano de vigência deste arranjo, elevando esse percentual a XX (95%) até o último ano.

Estratégias

(1.6) – Implantar, até o segundo ano de funcionamento dos arranjos, avaliação periódica da educação infantil, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes.

(1.8) – Promover a formação inicial e continuada dos profissionais da educação infantil.

(1.1) – Definir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, metas de expansão das respectivas redes públicas de educação infantil segundo padrão nacional de qualidade compatível com as peculiaridades locais.

(2.1) – Criar mecanismos para o acompanhamento individualizado dos alunos do ensino fundamental.

(2.2) – Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos alunos, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude.

Estratégias

(2.7) – Definir, até o final do segundo ano de funcionamento dos arranjos, as expectativas de aprendizagem para todos os anos do ensino fundamental, considerando as diretrizes nacionais de maneira a assegurar a formação básica comum, reconhecendo as especificidades da infância e da adolescência.

Específico do Arranjo Pará (2.3) Promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e de proteção à infância, adolescência e juventude.

Indicadores

4.2.3/4.2.4 - Infraestrutura física existente: condições das unidades escolares que ofertam a educação infantil na área urbana e na área rural, em assentamentos, comunidades indígenas e/ou quilombolas.
 4.4.2 – existência, suficiência, diversidade e acessibilidade de materiais pedagógicos
 1.3.2 - Conhecimento da situação das escolas da rede

2.1.1/2.1.2 - Habilitação dos professores que atuam nas creches e na pré-escola
 2.2.1 - Existência e implementação de políticas para a formação continuada de professores que atuam na educação infantil
 1.2.3 - Presença de coordenadores ou supervisores pedagógicos nas escolas

4.2.7 – Necessidade de novos prédios escolares: existência de prédios escolares para atendimento à demanda da EI na área urbana e na área rural.
 1.3.1 - Existência sistema informatizado que integre a rede de ensino.

3.3.1 - Formas de avaliação da aprendizagem dos alunos
 3.3.2 - Utilização do tempo para assistência individual/ coletiva aos alunos que apresentam dificuldade de aprendizagem

1.1.3 Existência e funcionamento dos Conselhos escolares
 1.3.6 - Formas de registro da frequência.
 3.1.5 Existência de ações para a superação do abandono e da evasão escolar.
 3.3.2 - **Utilização do tempo para assistência individual/ coletiva aos alunos que apresentam dificuldade de aprendizagem**

Indicadores

3.2.1 - Existência de proposta curricular para a rede de ensino Recomendado: 1.1.4 - **Existência de projeto pedagógico (PP) nas escolas com participação dos professores e do conselho escolar na sua elaboração, orientação da secretaria municipal de educação e consideração das especificidades de cada escola**

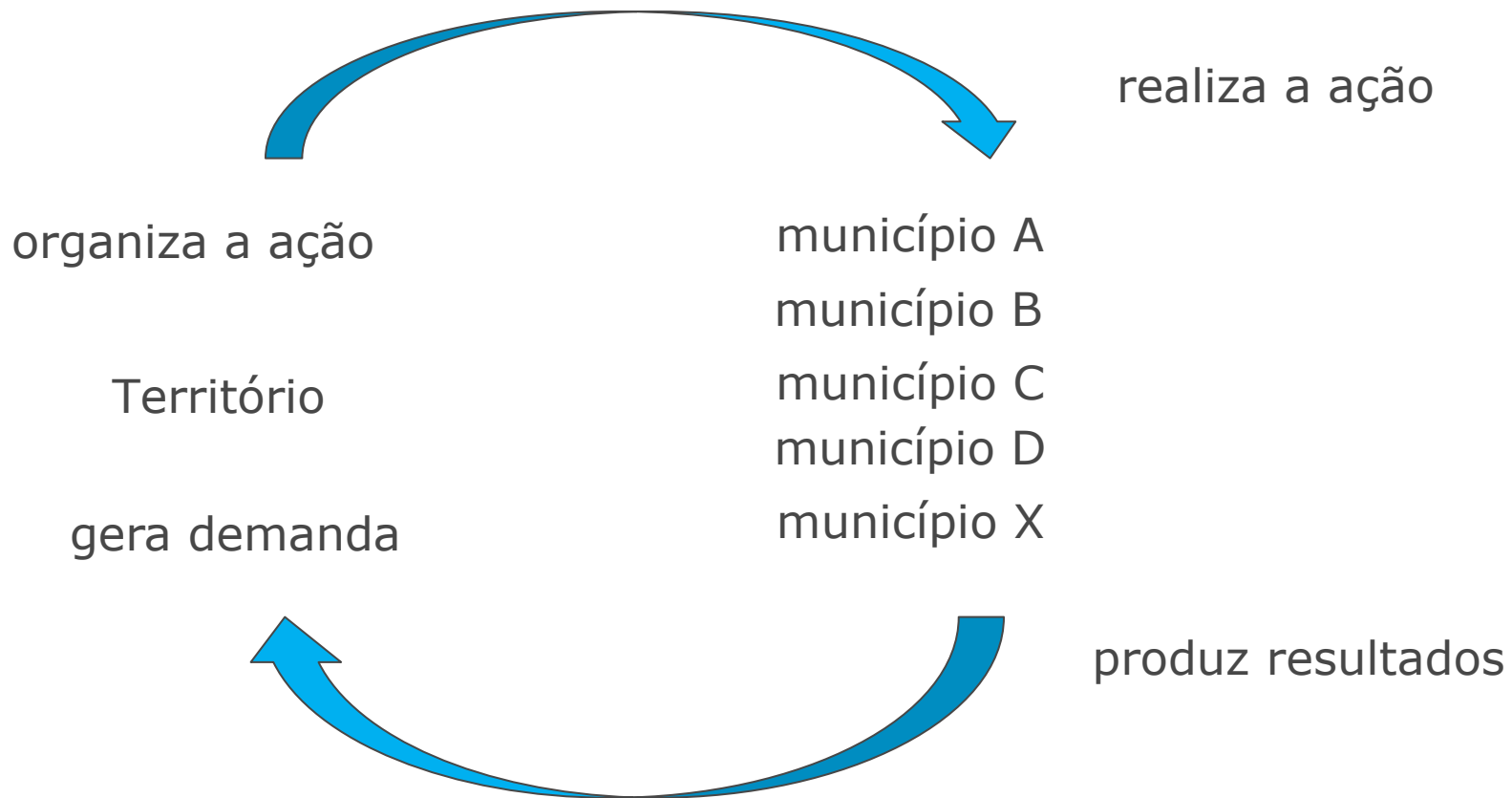
1.1.3 - Existência e funcionamento de conselhos escolares (CE)
 1.3.1 - Existência de um sistema informatizado de gestão escolar que integre a rede municipal de ensino
 3.1.5 - Existência de ações para a superação do abandono, da evasão escolar e do acesso dos alunos que estão fora da escola.

Visão de sucesso

Articulação dos municípios para a efetivação do regime de colaboração horizontal e potencialização da colaboração e articulação com os demais entes federativos (estado e União) no compromisso coletivo de assegurar a garantia ao direito à educação e a oferta educativa com qualidade que garanta o acesso, permanência, conclusão e aprendizagem no tempo certo de todos os alunos da Educação Infantil ao Ensino Fundamental.

Meta 2 PNE/PME

Universalizar o ensino fundamental de nove anos para toda população de seis a quatorze anos e garantir que pelo menos 85% dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o quinto ano de vigência deste Arranjo, elevando esse percentual a 95% até o último ano do PNE.



Desafio

Gerar contexto que favoreça o estabelecimento do regime de colaboração entre os entes federados.

Compras /pagamento de serviços

Material

Móveis

Transporte

Merenda

Formação

Regime de colaboração intermunicipal

- Arranjos de Desenvolvimento em Educação
- Territórios de Cooperação Educacional
- Consórcios